

A NATUREZA DO CAPITALISMO BRASILEIRO

THE NATURE OF BRAZILIAN CAPITALISM

Larissa Naves de Deus¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar a natureza do capitalismo brasileiro tendo em vista tanto a dimensão política quanto a dimensão econômica que regem o padrão de desenvolvimento da economia brasileira. Para tanto, faz-se necessário concentrar a análise nos principais autores que tratam dos quesitos políticos e econômicos do padrão de desenvolvimento brasileiro, abrangendo um período considerável da história do Brasil, que passa desde a colonização por Portugal até o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, em meados da década de 1950. Com isso, este estudo nos permite analisar o nascimento da burguesia brasileira, o processo de industrialização realizado no Brasil, assim como o papel desempenhado pelo Estado na economia durante todo o período.

PALAVRAS-CHAVE: Revolução Burguesa; Industrialização Brasileira; Papel do Estado.

ABSTRACT: This article aims to analyze the nature of Brazilian capitalism in view of both the political dimension and the economic dimension that govern the development pattern of the Brazilian economy. To do so, it is necessary to focus the analysis on the main authors dealing with the political and economic issues of the Brazilian development pattern, covering a considerable period of Brazilian history, ranging from the colonization by Portugal to the Plan of Goals of Juscelino Kubitschek, in the mid-1950s. Thus, this study allows us to analyze the birth of the Brazilian bourgeoisie, the process of industrialization in Brazil, as well as the role played by the State in the economy throughout the period.

KEY-WORDS: Bourgeois Revolution; Brazilian Industrialization; Role of the State.

¹ Doutoranda em Economia pelo Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia (PPGE-IE-UFU). E-mail: larissand6@hotmail.com

1. Introdução

Para se entender a natureza do capitalismo brasileiro faz-se necessário recorrer ao processo de formação da nossa sociedade – onde se analisa a nossa colonização, o nascimento da burguesia no Brasil, assim como as estruturas de poder que se conformaram no país –, à transição ao capitalismo no Brasil – onde a análise se centra na dinâmica da economia primário-exportadora e as condições para o surgimento da indústria brasileira – e, ao papel que o Estado desempenhou na economia em todo o período analisado. Dessa forma, a análise a ser feita contempla um período grande da história brasileira, com início na colonização, feita por Portugal, até meados da década de 1960, com a finalização do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, onde o processo de transição ao capitalismo no Brasil se completa.

Seguindo essa concepção, é possível destacar alguns autores que analisam a natureza do capitalismo brasileiro. Utilizando-se de uma análise mais categórica, pode-se elencar Sérgio Buarque de Holanda (1976), Caio Prado Jr. (1966), Florestan Fernandes (1981) e Ruy Mauro Marini (2000) como autores que tratam de forma profunda da Revolução Burguesa no Brasil, abrangendo as características da sociedade que se forma no Brasil com a colonização portuguesa, a origem da burguesia brasileira, assim como a estrutura de forças que se formam nessa sociedade em detrimento do desenvolvimento capitalismo em movimento. Já os autores Celso Furtado (1964, 1974), João Manuel Cardoso de Mello (1982), Maria da Conceição Tavares (1986) e Sônia Draibe (1985) através de conceitos mais analíticos, fundamentalmente econômicos, tratam do processo de industrialização vivido pela economia brasileira, tendo como plano de fundo a transição de uma economia agrário-exportadora para uma economia industrializada.

Tendo em vista as diferentes abordagens feitas pelos principais autores que estudam a natureza do capitalismo brasileiro, vê-se a importância de analisar cada autor assim como de elencar as semelhanças e diferenças entre eles. Dessa forma, este artigo será dividido em três seções, além desta breve introdução. Na primeira seção serão apresentadas as análises do primeiro conjunto de autores, quais sejam Holanda (1976), Prado Jr. (1966), Fernandes (1981) e Marini (2000), que tratam, de maneira geral, da Revolução Burguesa no Brasil. Na segunda seção será apresentado o segundo conjunto de autores, representados por Furtado (1964,1974), Mello (1982), Tavares (1986) e Draibe (1985), que tratam do processo de industrialização do Brasil. Por fim, nas considerações finais extraem-se

algumas comparações entre os autores e conclusões acerca do estudo sobre a natureza do capitalismo no Brasil.

2. A Revolução Burguesa no Brasil à luz do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, Caio Prado Jr e Ruy Mauro Marini.

Os estudos acerca da Revolução Burguesa no Brasil procuram retratar, de modo geral, o nascimento da burguesia na sociedade brasileira. Essa sociedade se forma a partir de um processo de colonização realizado por Portugal, onde o ator principal era a metrópole sendo que, à colônia restava o papel de fornecedora de riquezas. É nesse contexto que os autores buscam explicar a formação da sociedade brasileira, assim como o nascimento da classe burguesa e, a Revolução Burguesa no Brasil, onde ocorrem transformações econômicas e sociais em detrimento do processo de constituição das forças capitalistas na economia.

Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1976), faz uma análise que passa desde a colonização brasileira – abordando as características dos nossos colonizadores, as peculiaridades que adquirimos deles – assim como trata do nascimento da burguesia no Brasil – dando ênfase ao homem cordial² – e do momento que para ele demarca a Revolução Burguesa no país³.

Florestan Fernandes, em *A Revolução Burguesa no Brasil* (1981), retrata a evolução do capitalismo no Brasil e da sociedade de classes que se formou no país. Para o autor, a transição que marca as mudanças nas estruturas de poder no Brasil – Revolução Burguesa – separa a era senhorial da era burguesa.

Caio Prado Jr., em *A Revolução Brasileira* (1966), trata das características das classes sociais que se formam no Brasil após a colonização, pois para ele, a estrutura de classes de uma sociedade e, a natureza e hierarquia das suas classes refletem a estrutura econômica que serve de base a esta sociedade.

Ruy Mauro Marini, em *Dialética da Dependência* (2000), analisando a formação do capitalismo no Brasil, mostra as relações de classes que se formaram em cada período da história brasileira, a noção do subimperialismo do Brasil em relação à América Latina e, por fim, o caráter da Revolução Burguesa no Brasil.

² Conceito que será explicado mais adiante.

³ Para o autor a Abolição da Escravatura representa um marco entre duas épocas, onde o centro da economia deixa de ser o setor agrário e passa a ser os centros urbanos.

A seguir, expõe-se mais detalhadamente esse conjunto de ideias acerca da Revolução Burguesa no Brasil.

2.1 Raízes do Brasil (1976) – Sérgio Buarque de Holanda

Holanda (1976) inicia sua obra com o argumento de que a sociedade brasileira é fruto da implantação da cultura europeia no território brasileiro. O autor afirma que os portugueses e espanhóis possuem características essencialmente individualistas, onde o “... o índice do valor de um homem infere-se, antes de tudo, da extensão em que não precise depender dos demais, em que não necessite de ninguém, em que se baste” (HOLANDA, 1976, p. 4). Dessa característica, resulta a dificuldade nas formas de organização da sociedade, de associações e ordenação entre os indivíduos. E, para o autor, a falta de coesão da vida social brasileira tem origem nessa característica herdada dos colonizadores portugueses. Além disso, o autor mostra o quanto os portugueses cultuavam a personalidade individual, onde o prestígio pessoal manteve-se como elemento importante na sociedade ao longo do tempo. Desse ponto surge a ideia da negação do espírito de organização espontânea, restando aos governos o papel de exercer o princípio unificador do poder. Através desse princípio a organização política era mantida por uma força exterior, que pode ser representada nos tempos modernos pelas ditaduras militares – tipo de governo que o Brasil vivenciou.

No capítulo denominado Trabalho e Aventura, o autor diferencia dois princípios que governam as atividades dos homens, o princípio do tipo aventureiro e do tipo trabalhador⁴. E, no processo de conquista e colonização de novas terras coube ao tipo trabalhador pouca ação, e, daí, esse gosto pela aventura, herdado dos portugueses, teve influência decisiva na vida da sociedade brasileira. Os portugueses procuraram recriar na nova terra conquistada, sua origem, tendo como objetivo principal a extração de riquezas da colônia recém-conquistada. Este fato pode ser compreendido pelo fato de que os métodos utilizados na produção agrícola no Brasil permaneceram praticamente os mesmos que os índios utilizavam antes da colonização. Logo se vê que o objetivo do português era, sobretudo, extrair o máximo possível da colônia que conquistou por seu espírito aventureiro, e não trabalhador.

⁴ Para o autor, o tipo aventureiro assume o objeto final, o ponto de chegada com maior relevância, chegando mesmo a dispensar os processos intermediários. Já o tipo trabalhador é o que enxerga primeiro a dificuldade a ser vencida e não o furo a alcançar.

Holanda aponta que os portugueses instauraram no Brasil uma civilização de raízes rurais, e não uma civilização agrícola. É com a Abolição, em 1888, que esta situação se modifica completamente. Mas, com a Lei Eusébio de Queiróz, que proibia o tráfico negreiro, as primeiras mudanças na sociedade já começariam a aparecer – uma quantidade significativa de capitais que antes se mantinha comprometido com a importação dos negros se mostrava disponível, havia o estímulo a empregar esse capital em outros ramos de negócios. Dessa forma, “com a supressão do tráfico negreiro dera-se, em verdade, o primeiro passo para a abolição de barreiras ao triunfo decisivo dos mercadores e especuladores urbanos, mas a obra começada em 1850 só se completará efetivamente em 1888” (HOLANDA, 1976, p. 46).

Além disso, o autor ressalta que nos domínios rurais, maioria nesse período, a esfera da vida doméstica, com o princípio de autoridade, era imperante, de forma que o grupo familiar se mantinha imune a qualquer abalo exterior. Assim, predominava, “(...) em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família.” (HOLANDA, 1976, p. 50).

Somando-se o fato de que herdamos o individualismo do português, cuja dificuldade em se manter organizações coletivas se expressa, ao fato de que o tipo de dominação patriarcal era característico da sociedade brasileira, vê-se a dificuldade em surgir um Estado que tivesse o ideal social em lugar do ideal individual.

No quinto capítulo – O Homem Cordial – a análise se inicia na afirmação de que o Estado não é uma ampliação do círculo familiar, de vontades particulares. Para o autor existe sim uma oposição entre essas esferas. A partir dessa antítese, argumenta que, no Brasil, onde predominava a família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização – representado não apenas pela constituição de cidades, mas também pelo crescimento dos meios de comunicação e pela maior atração da população rural para as áreas urbanas – seria dificultado e contaria com um desequilíbrio social considerável. Logo, a contribuição brasileira para a civilização se daria pela cordialidade – o homem cordial⁵. Dessa forma, as relações sociais são uma forma de o indivíduo se libertar de todas as responsabilidades consigo mesmo, sendo a parcela social a que mais tem importância.

⁵ Segundo Holanda o homem cordial tem as seguintes características: “A Ilhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal.” (HOLANDA, 1976, p. 106 e 107).

No capítulo seis, *Novos Tempos*, o autor incorpora a ideia do surgimento da democracia no Brasil, apontando que esta não passou de um mal entendido. Isso porque, a classe dominante era a aristocracia rural, que importou essa democracia e a ajustou a seus próprios interesses. Daí o autor ressaltar que os movimentos reformadores brasileiros sempre partiram de cima para baixo, sendo a grande massa popular apenas figurantes nessa história.

No capítulo *Nossa Revolução*, o autor apresenta a data de 1888 como o momento mais decisivo de todo o desenvolvimento nacional brasileiro, e entre esta data até a definição do novo quadro político instituído, tem-se uma revolução lenta ocorrendo. Em suas palavras:

(...) é que a partir dessa data tinham cessado de funcionar alguns dos freios tradicionais contra o advento de um novo estado de coisas, que só então se faz inevitável. Apenas nesse sentido é que a Abolição representa, em realidade, o marco mais visível entre duas épocas. (HOLANDA, 1976, p. 127).

Essa nova época, representa um novo sistema que tem seu centro ditado pelos centros urbanos e não mais os domínios rurais. Porém, o quadro formado pela monarquia guardava ainda o prestígio da aristocracia rural, com os fundamentos personalistas ainda presentes. E, é aí que se monta o novo quadro político, sem muitas mudanças, mas aproximando diversos interesses particulares em detrimento do interesse social.

2.2 A Revolução Burguesa no Brasil (1981) – Florestan Fernandes

No primeiro capítulo de sua obra, *Questões Preliminares de Importância Interpretativa*, Fernandes (1981) se propõe a estabelecer algumas questões acerca dos conceitos de burguês e burguesia, a questão da Revolução Burguesa como realidade histórica no Brasil e como esta noção se dá a partir de situações históricas vividas no seio da sociedade brasileira.

Para o autor não se pode associar o senhor de engenho ao burguês, pois ele representava um agente econômico especializado, cuja produção que gerava era destinada à metrópole. O que o senhor de engenho realizava como excedente econômico não era lucro, pois apenas representava a parte que lhe cabia no circuito da apropriação colonial. E também, não se pode negar a existência do burguês e da burguesia no Brasil, podendo apenas assumir que tais entidades aparecem tardiamente no país.

O burguês surge no Brasil como uma entidade especializada, seja como negociante ou como agente artesanal. Foi com a Independência, ao romper o estatuto colonial, que se

criaram as condições para que a burguesia se expandisse. Esse burguês iria representar papéis históricos que derivavam de sua função econômica na sociedade e, dessa forma, não figuraria uma força organizada e dominante.

A Revolução Burguesa para o autor não constitui um episódio histórico. Ela consiste em procurar os agentes humanos das grandes transformações histórico-sociais que estão por trás da desagregação do regime escravocrata e da formação de uma sociedade de classes no Brasil. Neste ponto, a obra de Fernandes (1981) se aproxima da obra analisada anteriormente de Holanda (1976), pois trata o fim da escravatura como momento crucial para a nova sociedade que se forma.

Num terceiro âmbito, Fernandes aponta que o espírito capitalista antecede à formação do capitalismo. Dessa forma, “os móveis capitalistas do comportamento econômico foram introduzidos no Brasil juntamente com a colonização” (FERNANDES, 1981, p. 22). Logo, os móveis capitalistas eram deformados em três direções: parte da renda gerada pelo processo que ficava nas mãos do agente interno era pequena comparada à renda absorvida pela Coroa; o que esse montante de renda interna representava, como produto de atividades econômicas, dificilmente seria compreendido pelo senhor de engenho, pois este era de um lado agente humano da conquista e, de outro, agente potencialmente econômico; o sistema colonial organizava-se de forma a drenar as riquezas de dentro para fora. Dessa forma:

(...) o capitalismo comercial provocou o aparecimento e exigia o incremento da produção colonial. Contudo, não inseriu o produtor colonial no processo pelo qual a circulação dos produtos coloniais, como mercadorias, engendrava uma forma específica de capitalização. (...) De outro lado, por todas essas razões, o sistema colonial forçava um tipo de acomodação que retirava da grande lavoura qualquer poder de dinamização da economia interna (FERNANDES, 1981, p. 24 e 25)

Com isso, tem-se que o contexto socioeconômico em que se instaurava a grande lavoura colonial agia no sentido de anular a vontade, e a intensidade dos móveis capitalistas no Brasil. Nesse sentido, o principal fator de estagnação da Colônia provinha deste contexto socioeconômico e político que subordinava os empreendimentos econômicos às dimensões de uma sociedade colonial. A superação desta estagnação se dá com a extinção do estatuto colonial (aproximação com a obra de Holanda, 1976), e com a criação de um Estado nacional, que passa a orientar os móveis capitalistas às grandes lavouras. Essas transformações marcam a transição para a era da sociedade nacional.

O ponto analisado acima, sobre a Revolução Burguesa no Brasil, é explicado de forma mais profunda no capítulo cinco, denominado A Concretização da Revolução Burguesa. Fernandes (1981) aponta que a transição que marca uma recomposição das estruturas de poder, pela qual se configurariam o poder burguês e a dominação burguesa, marca o início da modernidade no Brasil e separa a era senhorial da era burguesa. A burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político antes de converter a dominação socioeconômica. Com isso, a oligarquia não perderia a base de poder que sempre tivera, como aristocracia agrária. A burguesia mantinha múltiplas polarizações com diversas estruturas sócias no país e, dessa forma, se ajustava a uma situação onde havia múltiplos interesses em questão, manifestando sua opção por uma modernização gradual a uma modernização avassaladora.

No caso brasileiro a questão parecia repousar em como preservar as condições favoráveis de acumulação originária, herdadas da Colônia e, ao mesmo tempo, como engendrar condições modernas de acumulação de capital. A solução foi juntar o velho e o novo – a aristocracia rural com a burguesia nascente.

A questão da Revolução Burguesa no Brasil se apreende de fato a partir do entendimento da crise do poder burguês no país, ao se passar de um capitalismo competitivo para um capitalismo monopolista. O problema estava no fato de que com o capitalismo monopolista há a penetração das grandes empresas estrangeiras no país, mas o ideal de desenvolvimento capitalista e de industrialização ainda estava centrado no mercado interno, ou seja, no capitalismo competitivo. A burguesia se via assim, pressionada tanto pelo capitalismo mundial monopolista, através das empresas estrangeiras, quanto pela pressão do proletariado e das massas populares em relação ao desejo de se firmar um pacto social e, ainda, pelas proporções assumidas pela intervenção do Estado na economia, diminuindo o incentivando à iniciativa privada. Para combater essas pressões, as classes dominantes se organizaram no sentido de uma contrarrevolução auto-defensiva, onde, através de um golpe, em 1964, a burguesia se mantinha no poder e conseguiria estabelecer uma associação com o capital estrangeiro, reprimir o proletariado e transformar o Estado em um instrumento burguês de dominação.

2.3 A Revolução Brasileira (1966) e Adendo à Revolução Brasileira (1967) – Caio Prado Jr.

Caio Prado Jr. (1967) trabalha com a ideia de Revolução como sendo as transformações que ocorrem em um momento histórico onde se dá a transição de uma situação econômica, social e política para outra. E, para se entender a Revolução o autor afirma que não se deve tomar a análise a partir de um esquema teórico preestabelecido, mas sim através da consideração e interpretação da conjuntura econômica, social e política vividas pelo país. Com isso, o autor aponta que o método a ser utilizado no estudo da Revolução Brasileira é o método dialético – método de interpretação dos fatos históricos.

É enfatizado pelo autor que a esquerda brasileira enxergava os fatos ocorridos no Brasil como estes deveriam ser frente ao que se passou em outros países e não como de fato eram, o que contraria seu método de análise. Com isso, os revolucionários brasileiros cometiam erros de duas nuances, por um lado um erro de interpretação teórica – segundo o autor tais atores leram e interpretaram mal os clássicos marxistas -, e, por outro lado, um erro de interpretação histórica - tinham como parâmetro o feudalismo europeu ao analisar o passado brasileiro.

Para além, considera que nunca houve feudalismo no Brasil já que, a colonização brasileira por Portugal se deu com base no objetivo comercial da metrópole e, estando a colônia exportando seus produtos primários já se inseria na expansão comercial europeia, o que denota o caráter já capitalista dessa organização. Ao negar a existência do feudalismo na história brasileira o autor levanta a problemática em torno do qual os trabalhadores rurais buscam melhores condições de trabalho e de vida, ao contrário dos teóricos do PCB⁶, que ao partirem do pressuposto de que houve feudalismo no Brasil, defendem que os trabalhadores rurais lutam é pela propriedade da terra.

Em seguida, Prado Jr. (1966, 1967) aponta que a classe dominante brasileira era uma junção de todos os segmentos de classe da sociedade, pois várias das atividades econômicas eram desempenhadas pelas mesmas pessoas. Dessa forma, a burguesia brasileira se faz heterogênea pela origem de sua formação, mas defende os mesmos interesses.⁷ Essa burguesia se torna mais coesa após a Abolição, pois o capitalismo, já existente, passa a predominar enquanto modo de produção. Essa burguesia nacional não se opõe ao imperialismo, pelo contrário, mantém até certa subordinação, já que foi fruto do capitalismo. Neste ponto, há outro ponto de discordância do autor com os teóricos do PCB, que imaginavam a burguesia brasileira nacional, anti-imperialista e progressista.

⁶ Partido Comunista Brasileiro.

⁷ Ponto de aproximação com a obra de Fernandes analisada anteriormente.

Dessa forma, o autor aponta que a história brasileira deveria ser entendida a partir da transição de um passado colonial para uma economia com um mercado interno desenvolvido, que superaria a importância do mercado externo. Logo, ao realizar essa transição, se daria a Revolução Brasileira. E esta, se constituiria de quatro etapas quais sejam a independência política – completada em 1822 – a supressão do tráfico negreiro (1850) e a Abolição da escravatura (1888) – liberando a massa da população como massa de trabalhadores – aumento da imigração (a partir de 1870) – que trouxe qualidade técnica ao trabalho – e, por fim, a constituição da República – que representa a constituição de um estado burguês.

Para construir esse Brasil-nação o autor sugere que o Estado controlasse a produção de sentido de integrar a grande massa de trabalhadores à sociedade. Porém o autor destaca duas dificuldades para tal que se referem à dominação pelo imperialismo da comercialização de primários brasileiros – que acaba, de forma sequencial, a fazer com que a indústria no Brasil seja dependente também do imperialismo ao não conseguir fazer diferenciação da produção – e à própria estrutura agrária brasileira, que ao focar sua produção para o mercado externo não conseguia atender o mercado interno, fazendo com que os salários urbanos subissem – outro ponto que afeta fortemente a industrialização neste momento. Para superar tais dificuldades, os trabalhadores deveriam se unir, de forma coesa em busca as melhorias que buscavam. Porém, o que se viu em 1964 foi o contrário, onde as massas populares assistiram passivamente tudo o que ocorria, enquanto a pequena minoria tomava o poder.

2.4 A Dialética da Dependência (2000) – Ruy Mauro Marini

O autor inicia seu texto trabalhando a ideia de luta de classes no Brasil e denota que, a história política brasileira apresenta duas fases. De 1922 a 1937 tem-se um período marcado por agitação social, que culminou com a Revolução de 1930, o avanço do processo de industrialização no Brasil, levando ao surgimento da burguesia industrial e de um proletariado. De 1954 a 1964 vê-se a luta da burguesia industrial em colocar a seu serviço o aparelhamento do Estado e, a aliança dessa burguesia com o proletariado para diminuir o poder das antigas classes dominantes. Essas relações podem ser resumidas da seguinte maneira:

(...) a indústria nacional se expandiu graças ao sistema semicolonial de exportação que caracterizou a economia brasileira antes dos anos 30 (...) Por volta dos anos 50, a situação muda. Enquanto a indústria se empenha em manter altos os tipos de câmbio, o que a leva a se chocar com o setor agroexportador,

cujos lucros ficavam assim diminuídos, este setor já não pode oferecer à indústria o montante de divisas que lhe proporcionava em outros tempos. (...) A crise do setor externo da economia brasileira expressa, portanto, a ruptura da complementaridade que havia caracterizado as relações da indústria com as atividades agroexportadoras e se agravava com outro elemento, a remuneração do capital estrangeiro (MARINI, 2000, p. 17)

Em função da pressão pela falta de divisas, a burguesia aceitava a concessão destas pelo capital estrangeiro, concedendo-lhes em troca, ampla liberdade de ingresso e de ação no país e, assim, renunciava a política nacionalista implementada por Vargas. Este fato pode ser visto pelo governo de JK, que tinha seu Plano de Metas apoiado tanto pelo investimento público quanto pelo capital internacional. Mais à frente, com a implantação do regime militar no Brasil, vê-se que a burguesia brasileira aceitou o papel de sócio minoritário em sua aliança com o capital externo, ao intensificar a capitalização, que baixava o nível de vida da população e concentrava mais a riqueza.

O segundo ponto abordado pelo autor em sua obra consiste na questão da aproximação do Brasil com os Estados Unidos, na década de 1960, especialmente no governo Castelo Branco. Mais que isso, este governo procurou também tornar o Brasil o centro de irradiação da expansão imperialista na América Latina. Essa ideia era justificada da seguinte forma:

Assim, seja por sua política de reforço de sua aliança com o latifúndio, seja por sua política de integração ao imperialismo, a burguesia brasileira não pode contar com um crescimento do mercado interno em grau suficiente para absorver a produção crescente que resultará da modernização tecnológica. Não lhe resta outra alternativa senão expandir-se para o exterior (...). (Marini, 2000, p. 69).

Ao analisar o caráter da revolução brasileira, Marini (2000) aponta que a revolução brasileira é vista como o processo de modernização das estruturas econômicas do país, principalmente através da industrialização. Assim, a data inicial desta revolução seria 1930 e, seu conteúdo seria anti-imperialista e antifeudal. Dessa forma, a revolução brasileira seria caracterizada como democrático-burguesa, onde, uma única frente formada pelas classes interessadas no desenvolvimento – burguesia e proletariado – contra o imperialismo e o latifúndio. Porém, o regime militar aparece como uma consequência e uma interrupção, pois sendo um governo imposto pelo imperialismo de fora, é considerado um retrocesso no processo de desenvolvimento, pois a burguesia, temerosa pela radicalização das massas no governo anterior, aderiu à ditadura, e, foi vítima de sua própria política em virtude da opção antidesenvolvimentista e desnacionalizante do governo militar. Restaria, dessa forma, à esquerda brasileira reformista, o lema de

redemocratização, buscando condições de reestabelecer a participação política das massas e acelerar o processo de desenvolvimento brasileiro, já que a revolução brasileira não logrou tais objetivos. Logo, a visão deste autor se aproxima das visões anteriores no sentido de que, a revolução brasileira não resolveu e nem transformou por completo os problemas sociais da sociedade brasileira, pelo contrário, reafirmou uma classe social no poder, que na busca por seus interesses, sempre coloca o proletariado em último plano.

3. O processo de industrialização brasileiro à luz do pensamento de Celso Furtado, João Manuel Cardoso de Mello, Maria da Conceição Tavares e Sônia Draibe.

Este conjunto de autores procura explicar como se deu a transição brasileira de uma economia agrário exportadora para uma economia industrializada. De forma geral, eles explicam a dinâmica da economia baseada na exportação de produtos primários, e, de que forma se criaram as condições para que o processo de industrialização se intensificasse e passasse a ditar a dinâmica econômica do país.

Porém, há distinções na leitura que esses autores fazem sobre este processo de industrialização. Celso Furtado parte sua análise sobre o Brasil a partir da definição de centro e periferia construída pela CEPAL⁸. Neste contexto, a economia brasileira, sendo periférica em relação à divisão internacional do trabalho, tem sua produção voltada para a exportação de produtos primários e, com isso não consegue controlar seu próprio crescimento. Logo, a problemática para os países como o Brasil consiste na industrialização nacional a partir de uma situação periférica. Já os demais autores fazem seus estudos a partir da crítica à ideia Cepalina de centro e periferia. Para esses autores deve-se analisar a economia brasileira a partir de suas próprias condições internas e não a partir da dualidade entre países.

Vale ressaltar também que a análise das questões sociais também se fazem presentes nestes textos, especialmente nos estudos de Sônia Draibe onde há apontamentos relevantes acerca da Revolução Burguesa e das vias de desenvolvimentos que o país poderia ter passado. Dessa forma, cabe analisar cada obra especificadamente.

3.1 Formação Econômica do Brasil (1964) e O Mito do Desenvolvimento Econômico (1974) – Celso Furtado

Na quinta parte do livro Formação Econômica do Brasil, Celso Furtado (1964) estuda a economia de transição brasileira para um sistema industrial. Seu estudo parte de

⁸ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

fins do século XIX, onde a produção cafeeira vinha crescendo muito, em decorrência mais da disponibilidade de mão de obra e terras subocupadas, além da vantagem comparativa que o país possuía na exportação desse produto do que em função do aumento da demanda. Esse aumento da oferta de café, não correspondente com a demanda, levou à superprodução. Neste período, o Governo se valia das desvalorizações cambiais para contornar o problema. Porém, a partir de 1897, esse mecanismo se via dificultado pela pressão sobre a massa de consumidores. Com isso, o Governo adota medidas de retirada de parte desse excedente do mercado - medidas que culminaram no Acordo de Taubaté, em 1906. Este acordo ficou conhecido como uma política de valorização do café, pois o governo compraria o excedente da produção, financiando essa compra com empréstimos externos aos quais teriam sua taxa de juros coberta por um novo imposto sobre a exportação do café, e por fim, havia uma medida secundária, onde os estados deveriam desencorajar produções futuras de café. Esta última medida pode ser considerada secundária, pois, ao se manter artificialmente reduzida a oferta de café, os preços desse produto se manteriam altos, o que encorajava o aumento de sua oferta.

Com a crise de 1929, o preço do café caiu muito, devido principalmente ao fato de ser os Estados Unidos o maior consumidor deste produto brasileiro. E, para além, a oferta deste produto estava acelerada, sobretudo devido à manutenção artificial de seu preço elevado no momento anterior à eclosão da crise. O que o Governo estava fazendo, no período após a eclosão da crise, ao comprar café e destruí-lo, era evitando que o preço deste produto caísse sobremaneira. Dessa forma, ao garantir preços mínimos de compra do café, mantinha-se a renda e o emprego na economia exportadora e, indiretamente, nos setores ligados ao mercado interno.⁹

Porém o autor considera que a recuperação da economia cafeeira, após 1933, que se deveu à política de fomento da renda foi seguida inconscientemente no Brasil, sendo apenas subproduto dos interesses cafeeiros. Essa política acabava por criar um desequilíbrio externo no poder aquisitivo da moeda, tornando assim, as importações muito onerosas. Com isso, grande parte da procura por mercadorias antes importadas se contraiu.

⁹ O autor aponta que “O que importa ter em conta é que o valor do produto que se destruía era muito inferior ao montante de renda que se criava. Estávamos, em verdade, construindo as famosas pirâmides que anos depois preconizava KEYNES.” (Furtado, 1964, p. 222).

Logo, os setores ligados ao mercado interno passam a oferecer oportunidades de investimento mais lucrativas que os ligados ao setor externo.¹⁰ Nas palavras do autor:

As atividades ligadas ao mercado interno não somente cresciam impulsionadas por seus maiores lucros, mas ainda recebiam um maior impulso atraindo capitais que se formavam ou desinvestiam no setor de exportação. (...) Mantinha-se, assim, a procura monetária em nível relativamente elevado no setor exportador. Esse fato, combinado ao encarecimento brusco das importações (consequência da depreciação cambial), à existência de capacidade ociosa em algumas das indústrias que trabalhavam para o mercado interno e ao fato de que já existia no país um pequeno núcleo de indústrias de bens de capital, explica a rápida ascensão da produção industrial, que passa a ser o fator dinâmico principal no processo de criação da renda. (FURTADO, 1964, p. 228, 233).

No capítulo três do livro *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, Furtado (1964) debruça sua análise sobre o subdesenvolvimento brasileiro. Para o autor, o Brasil é um exemplo de quanto um país pode avançar em seu processo de industrialização sem abandonar suas principais características de subdesenvolvimento. País subdesenvolvido é aquele onde ocorreu um processo de modernização, ou seja, houve a adoção de novos padrões de consumo, correspondente a níveis mais elevados de renda, na ausência de desenvolvimento econômico. Na história brasileira, devido à concentração da propriedade territorial e à abundância de mão de obra na agricultura de subsistência, os ganhos de produtividade beneficiaram uma minoria que, foi grande o suficiente para permitir o desenvolvimento urbano e o início do processo de industrialização.

Mas, para o autor o sistema não é capaz de produzir o perfil de demanda que assegure uma taxa estável de crescimento, logo, em longo prazo, depende de ações do governo e da aliança com o capital externo¹¹. A partir daí, o governo deveria lidar com quatro problemas básicos quais sejam fomentar a concentração de renda para beneficiar consumidores capitalistas; assegurar certo nível de transferência de pessoas do setor de subsistência para setores beneficiários do salário mínimo; controlar o diferencial entre este salário mínimo e o nível de renda de subsistência e, subsidiar a exportação de manufaturados.

Com isso, nota-se que, a característica mais significativa do modelo brasileiro é sua tendência a excluir a massa da população dos benefícios da acumulação. Há sempre uma minoria no poder tanto político, quanto econômico e social.

¹⁰ Neste ponto denota-se a característica cepalina da interpretação de Celso Furtado, ao analisar o processo de industrialização brasileiro apenas pelo ponto de vista da influência externa no país.

¹¹ Este perfil de demanda corresponde à produção de cestas de bens voltados para o consumo dos capitalistas, onde ocorre a verdadeira industrialização.

3.2 O Capitalismo Tardio (1982) – João Manuel Cardoso de Mello

O autor inicia sua obra explicitando o pensamento da Cepal, que tem como base a ideia de desenvolvimento desigual da economia mundial (centro – periferia). De acordo com este conceito, há uma desigual propagação do progresso técnico que resulta nessa conformação da divisão internacional do trabalho. As economias periféricas exportam produtos primários (desenvolvimento para fora) e, assim, não dispõem de comando sobre seu próprio crescimento. Há uma tendência à concentração dos frutos do progresso técnico nas economias centrais, devido à deterioração dos termos de troca entre estas e as economias periféricas. Com a guerra em 1914 e a crise de 1929, os problemas para importar se tornam relevantes nas economias periféricas e, com isso, a industrialização surge como opção (desenvolvimento para dentro, tendo a substituição da variável exógena demanda externa pela variável endógena investimento).

Porém, Mello (1982) não concorda com as acepções cepalinas, pois pensa que a Cepal não levou em consideração os condicionantes sociais e políticos do processo econômico ao analisar a industrialização brasileira. O nascimento das economias exportadoras marca a dominação do modo de produção capitalista na América Latina. Porém, a reprodução ampliada do capital ainda não era assegurada endogenamente, pois não se tinha uma indústria de bens de capital pronta. Dessa forma, tem-se um período de transição ao capitalismo.

A industrialização latino-americana possui especificidades, pois é duplamente determinada, por seu ponto de partida (economias exportadoras capitalistas nacionais) e por seu momento histórico (capitalismo retardatário já que o capitalismo monopolista se torna mundialmente dominante). Daí a denominação de capitalismo tardio. Ao analisar a origem do capital industrial no Brasil o autor aponta que o capital cafeeiro engendrou os pré-requisitos para seu surgimento. Isto porque, gerava uma massa de capital monetário passível de se transformar em capital produtivo industrial, transformava a força de trabalho em mercadoria e promovia a criação de um mercado interno. Assim:

Como não poderia deixar de ser, a burguesia cafeeira foi a matriz social da burguesia industrial. Ou, em outras palavras: o capital industrial nasceu como desdobramento do capital cafeeiro empregado, tanto no núcleo produtivo do complexo exportador (produção e beneficiamento do café), quanto em seu segmento urbano (atividades comerciais, inclusive as de importação, serviços financeiros e de transportes). Ademais, a grande indústria não atraiu capitais do complexo cafeeiro num momento de crise, porque lhes remunerasse melhor, mas, pelo contrário, num momento de auge exportador, em que a rentabilidade do capital cafeeiro há de ter alcançado níveis verdadeiramente extraordinários. (MELLO, 1982, p. 100).

A maneira como o capital cafeeiro se transformou em capital industrial pode ser entendido a partir da grande quantidade de mão-de-obra disponível, advinda principalmente da imigração, a partir da capacidade para importar gerada no complexo exportador (principalmente *wage goods* manufaturados, meios de produção e bens de consumo). E, para além, havia uma mútua dependência entre o capital cafeeiro e o industrial, pois:

De um lado, a reprodução ampliada do capital cafeeiro passa apenas parcialmente para o setor industrial, que permite, produzindo bens de consumo, reproduzir a força de trabalho empregada no complexo exportador, bem como abre oportunidades de inversão para parte dos lucros extraordinários auferidos pela economia cafeeira. (...) De outro lado, o capital industrial depende, duplamente, do capital cafeeiro para sua expansão. Em primeiro lugar, para repor e ampliar a capacidade produtiva está preso à capacidade para importar gerada pela economia cafeeira (...) Em segundo lugar, o capital industrial é incapaz de gerar seus próprios mercados e seu crescimento está atrelado, do ponto de vista da realização, aos mercados externos criados pelo complexo exportador cafeeiro, ainda que seja através do gasto público ou da urbanização. (MELLO, 1982, p. 105 e 106).

O período de 1888 a 1933 é tido pelo autor como o de nascimento e consolidação do capital industrial. Em 1933 inicia-se uma nova fase do período de transição. Se estendendo até 1955, tem-se neste período a fase da industrialização restringida, onde, há industrialização pois a dinâmica econômica de dá pela expansão comercial, mas é restringida pois as bases técnicas e financeiras da acumulação não conseguem implantar a indústria de base no país.¹² De 1956 a 1961 há a implantação de um bloco de investimentos complementares no Brasil, que significaram tanto um salto tecnológico no padrão de produção industrial quanto à ampliação da capacidade produtiva se ampliar à frente da demanda existente. Este período é denominado pelo autor de industrialização pesada.¹³

Esta expansão da produção estava apoiada tanto pela ação do Estado, quanto pelo capital estrangeiro, como pôde ser observado pelo Plano de Metas de Juscelino Kubistchek. Vê-se com isso, que, com a industrialização pesada o processo de industrialização chegava ao fim e tinha a autodeterminação do capital assegurada.

¹² Neste momento a indústria de bens de capital não surge no Brasil em decorrência da profunda mudança tecnológica que a indústria pesada atravessava, o que acarretava em aumento das plantas mínimas e do investimento inicial - o que tornava a importação dessa tecnologia inviável. Logo, foi favorecido o desenvolvimento da indústria de bens de consumo corrente.

¹³ Nas palavras de Mello, "(...) este tipo de desenvolvimento implicou um crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo antes de qualquer expansão previsível de seus mercados." (Mello, 1982, p. 117).

3.3 A Industrialização Brasileira: uma tentativa de reinterpretação (1986) – Maria da Conceição Tavares

A autora inicia seu texto denotando a origem do capital industrial no Brasil. Em concordância com Mello (1982), Tavares (1986) enfatiza que o processo de acumulação do capital no complexo cafeeiro e sua diferenciação (se desdobrava em capital mercantil e financeiro, por exemplo) explicariam o surgimento da indústria no Brasil.

No que tange a diferenciação do capital cafeeiro, este era predominantemente mercantil. A aplicação deste capital como financeiro surge quando os lucros oriundos da produção cafeeira não conseguem ser aproveitados em seu núcleo básico, logo, volta-se para a produção na indústria interna, que a princípio era voltada para bens de consumo. Da mesma forma que Mello (1982), a autora identifica a interdependência entre o café e a indústria, pois a indústria de bens de consumo serve de suporte ao capital cafeeiro garantindo a reprodução da força de trabalho deste complexo e mantendo a taxa de acumulação global quando o preço do café se reduz. Por outro lado, o setor industrial depende do capital cafeeiro para expandir-se, repor e ampliar sua capacidade produtiva e para a criação de mercados consumidores, já que ainda depende de um mercado prévio, criado pelo setor exportador.

Ao analisar a questão da industrialização, destaca-se:

Se por industrialização entendemos a implantação de um setor de produção industrial, este surge muito antes de 1930 e não como resposta a uma crise do setor externo, mas sim num auge do café, com o prolongamento e diversificação do capital cafeeiro. Se, ao contrário, tomarmos este conceito como o de 'constituição de forças produtivas especificamente capitalistas', isto é, capazes de afiançar a dominância do capital industrial no processo global de acumulação, temos que esperar até a década de 1950 para que isto se verifique, mediante a entrada decisiva do Estado e das empresas internacionais. (TAVARES, 1986, p. 100 e 101).

A autora considera esse primeiro entendimento e, a partir daí também critica a visão da Cepal sobre este processo. Adiante, a análise da industrialização restringida pela autora se dá de acordo com a visão analisada anteriormente por Mello (1982). Neste período, o processo de expansão industrial comanda o movimento de acumulação do capital, e, a renda urbana é o principal componente da demanda efetiva. Mas, o desenvolvimento das forças produtivas é insuficiente para implantar a grande indústria de base no país. Logo, são as relações internas entre os dois setores industriais básicos – bens de consumo e bens de produção – que determinam tanto o crescimento de um proletariado urbano industrial quanto a expansão da margem de lucro e da acumulação.

Ao tratar da etapa de expansão industrial no Brasil, a autora aponta que o modelo de desenvolvimento brasileiro tem um peso forte do Estado e do capital estrangeiro como determinantes do investimento, ao contrário dos modelos clássicos de desenvolvimento. Assim, no período de 1957 a 1962, a escala dos novos investimentos supera a demanda corrente e há diferenciação na estrutura produtiva neste período. Porém, geram a desaceleração no começo da década de 1960. Esta desaceleração culminou em crise, em meados da década de sessenta, devido, sobretudo, aos problemas de ajuste da estrutura da demanda à capacidade produtiva recém-instalada, e, aos problemas da realização e financiamento de um potencial de acumulação que se incrementou nos fins da década. Além disso, o componente inflacionário potencializou os efeitos negativos dessa desaceleração. Este é o cenário de fins da década de sessenta, findado o processo de constituição da indústria no Brasil.

3.4 Rumos e Metamorfoses – um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930 – 1960 (1985) – Sônia Draibe

A autora inicia seu trabalho apontando que Mello e Tavares criticam a economia política da Cepal e concordam que as transformações econômicas e sociais ocorridas no Brasil formam um processo que possui tanto características gerais de todo desenvolvimento capitalista quanto específicas de um capitalismo que se constituiu na etapa monopolista do capitalismo mundial. A transição ao capitalismo é visto a partir da introdução do trabalho assalariado, e pode ser dividida em três etapas quais sejam a economia exportadora capitalista, industrialização restringida e industrialização pesada.

Nesta primeira etapa predomina-se o capital mercantil e, por conta disso, os investimentos industriais se limitam ao setor de bens de consumo. Sob a dominação do capital mercantil é que se tem a fase de crescimento industrial. De 1933 a 1955 há a fase da industrialização restringida, onde ainda não se tem condições técnicas e financeiras para se constituir o setor de bens de produção na economia. Já de 1956 a 1961 há um bloco de investimentos complementares e concentrados que promovem uma alteração na estrutura do sistema produtivo – industrialização pesada.

A autora aponta que a industrialização é apenas o fator econômico de um processo maior vivido pela sociedade brasileira, caracterizado pela formação e dominação do poder burguês, ou seja, a revolução burguesa. Draibe (1985) chega a citar Fernandes (1981) que define o conceito de revolução como um processo de construção simultânea das estruturas

sociais e políticas da dominação e do poder burguês. Em sua visão, que é semelhante à de Mello (1982), a autora analisa a questão da revolução a partir de três ângulos:

Em primeiro lugar, uma revolução burguesa envolve uma relação com o passado: a questão agrária. (...) Mas as transformações em curso no processo de revolução burguesa envolvem distintas relações com o seu próprio presente. Aqui podemos determinar as questões relativas aos conflitos intra-burgueses, isto é, as relações entre as distintas frações da burguesia no processo que culmina com a dominação do capital industrial e financeiro. (...). O processo de revolução burguesa envolve também uma relação com o seu próprio futuro, expressa na questão proletária e nos diferentes conteúdos das relações emergentes entre os setores dominantes e as classes subalternas. (DRAIBE, 1985, p. 15 e 16).

Além disso, a revolução burguesa envolve a questão do Estado, onde o interesse de toda a Nação é manifesto através da estrutura das classes. Draibe (1985) reconhece com profundidade o papel exercido pelo Estado durante toda a história brasileira, sobretudo no período da industrialização pesada, onde este agiu no sentido de alavancar e constituir de fato, as condições para que o capital industrial se reproduzisse.

Esta revolução se opera no processo de constituição do capitalismo. A autora apresenta vias de desenvolvimento do capitalismo que representam os interesses sociais de cada classe social se tomasse o poder. A via de desenvolvimento do capital cafeeiro se caracterizava por uma via conservadora de desenvolvimento, pois, a dominação do capital cafeeiro admitia uma expansão paralela de um setor industrial (bens de consumo), mas o salto industrializante só seria possível através do capital estrangeiro. A via de desenvolvimento da burguesia industrial era tida como moderada, pois via o avanço industrial com cautela e controle. Já a via de desenvolvimento popular se daria pela luta por maior emprego, maior salário, aceleração do processo de industrialização e enfrentaria os problemas do capital externo. Porém, as forças políticas não expressam de forma homogênea todas as questões que definem as vias de desenvolvimento ao capitalismo. A articulação das questões da revolução burguesa constitui a definição de uma via de desenvolvimento onde o Estado é o ator dirigente. Este corporificou em suas estruturas os interesses das diferentes classes sociais brasileiras. E, dessa forma através da edificação do aparelho econômico de intervenção e regulação opera-se um processo de estatização das relações econômicas de distintas classes¹⁴.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹⁴ Novamente se vê a aproximação de todos os autores em relação à junção de interesses das diversas classes sociais em torno do aparelho estatal.

A análise das obras do conjunto de autores apresentados aponta algumas considerações semelhantes em relação à questão da caracterização da burguesia brasileira, da Revolução Burguesa no Brasil e da natureza do capitalismo que aqui se formou em decorrência do processo de industrialização pelo qual o país passou.

Em relação à burguesia brasileira, pode-se notar que esta representa papéis históricos que derivam de sua função econômica. De maneira geral, essa burguesia representa o agrupamento de diversos interesses, pois, se formou mediante a junção do “velho” – denotando os interesses da oligarquia cafeeira – e do “novo” – representado pela classe industrial.

Daí, já se tem uma ideia do que seria a Revolução Burguesa no Brasil. Segundo os autores apresentados, esta revolução não alterou significativamente as estruturas econômicas e sociais da sociedade, como uma revolução requer. Na verdade, houve a mudança de uma economia agrário-exportadora para uma economia industrializada, mas que, em questões políticas, manteve-se a conjunção dos interesses das classes dominantes no poder, em detrimento da classe trabalhadora.

Tem-se, portanto, no Brasil, a consolidação do capitalismo mediante a intensificação do processo de industrialização, que contou, sobretudo no período da industrialização pesada, com o apoio do capital externo. Com isso, a associação da burguesia nacional com o capital externo, representa a base para que o processo de industrialização se completasse e que, dessa forma, o capital tivesse condições de se reproduzir. Por outro lado, essa associação representa o caráter dependente do capitalismo brasileiro, que passa a ter que lidar com a dinâmica das economias externas para o desenvolvimento nacional. E, para além, este capitalismo dependente representa, no campo da luta de classes, a maior exploração da força de trabalho, que dá sustentação à maior acumulação de capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRESSER PEREIRA, L.C. (1985). “**Seis Interpretações sobre o Brasil**”. In: Pactos Políticos. São Paulo: Brasiliense.

DRAIBE, S. (1985). “**Rumos e Metamorfoses – Estado e Industrialização do Brasil 1930/1960**”. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FERNANDES, F. (1981). “**A Revolução Burguesa no Brasil**.” Rio de Janeiro: Guanabara, 3^aed.

FURTADO, C. (1964). **“Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Fundo de Cultura S/A, 6ª ed.

FURTADO, C. (1974). **“O mito do desenvolvimento econômico”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed..

HOLANDA, S.B. (1976). **“Raízes do Brasil.”** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 10ª ed.

MARINI, R. M, (2000). **“Dialética da Dependência”**. Petrópolis: Vozes.

MELLO, J.M.C. (1982) **“O Capitalismo Tardio”**. São Paulo: Brasiliense.

PRADO Jr., C. (1966) **“A Revolução Brasileira”**. São Paulo: Brasiliense.

PRADO Jr., C. (1967) **“Adendo à Revolução Brasileira”**. In: Revista Civilização Brasileira, nº14.

TAVARES, M.C. (1986) **“Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil”**. Campinas: UNICAMP, 2ª ed.